

SOCIALISTAS, COMUNISTAS E DEMOCRACIA NO PÓS-GUERRA

Antonio Candido (entrevista a José Pedro Renzi)

Resumo: Nesta entrevista, Antonio Candido discute o processo de democratização brasileira no pós-guerra; analisa e descreve o clima político da época e o papel da esquerda – socialistas e comunistas –, suas concepções e atuação.

Palavras-Chave: Política. Democracia. Socialismo. Intelectuais. Marxismo.

Esta entrevista, concedida a J. P. Renzi no início dos anos noventa, centra-se, sobretudo, na conjuntura de meados dos anos quarenta no Brasil; aborda o processo de democratização pelo qual passou o país naquele momento e do qual o professor Antonio Candido foi um dos protagonistas. Discute e descreve o clima político da época e o papel da esquerda, socialistas e comunistas, suas concepções e atuação. A entrevista foi feita para servir de base para a dissertação de mestrado de J. P. Renzi sobre a constituição do Partido Socialista Brasileiro (PSB) em 1947, e defendida em 1994, sob a orientação do Prof. Ricardo Antunes no IFCH da UNICAMP. Foi parcialmente publicada na revista Praga em 1996. Entendemos que sua republicação, agora na íntegra, pode ajudar a compreender um período importante da história brasileira e o papel desempenhado pela esquerda nesse processo.

P. Renzi – Qual a sua avaliação da atmosfera intelectual e cultural dos anos 40 e 50?

A. Candido – Para entender bem essa atmosfera é preciso remontar aos anos 30 e lembrar que neles o que caracterizou os intelectuais foi o problema da opção ideológica, que se colocou para eles pela primeira vez no Brasil. Até então os intelectuais podiam fazer ou não as suas opções. Frequentemente nem pensavam em política oficial. Mas depois de 1930, a perspectiva deles mudou porque os problemas sociais ficaram candentes devido aos acontecimentos daqui e do mundo; os efeitos da revolução Russa e do fascismo, a crise de 1929, o começo da transformação do Brasil, de país predominantemente agrário em país semi-industrializado. O que estava se esboçando nos anos 10, e sobretudo nos 20, tornou-se agudo nos anos 30. Os intelectuais começaram a optar politicamente e os anos de 40 e 50 são fruto dessa

circunstância, que era uma novidade no Brasil. Eles ficaram à esquerda, à direita e no centro, mas praticamente não houve neutros nas novas gerações. Nós fomos formados pela idéia que o intelectual deve assumir uma posição, e isso era incentivado pelos gurus daquele tempo, pelos escritores que nós líamos, sobretudo os franceses, mas também alguns russos, italianos, alemães. Sabíamos, por exemplo, que Charles Mauras era de direita e André Malraux de esquerda e optávamos freqüentemente por influência deles, mas estimulados pelos acontecimentos posteriores a 1930. Creio que aí estão as bases das nossas opções no decênio de 40.

P.R. – Como se deram as opções?

A.C. – Um grande número de intelectuais optou pelas soluções de direita, mas eu fui de um grupo que optou pelas soluções de esquerda. Cada um optou conforme as influências que recebeu e as tendências pessoais. Hoje, eu vejo com serenidade os que optaram pela direita, embora naquele tempo fôssemos adversários às vezes áspers. Por exemplo: o integralismo era forma brasileira do fascismo, mas se penso nos integralistas individualmente, vejo que alguns deles o adotaram movidos pelas mesmas preocupações que me levaram para esquerda, tanto é assim, que não raro acabaram depois vindo para o lado desta. A partir de 1940 houve muitos ex-integralistas que se tornaram bons militantes de esquerda, inclusive como deputados comunistas. Por quê? Porque nos anos 30, quando era essencial que os intelectuais se preocupassem com os problemas sociais, um jovem de “boa família” tendia para o lado da direita, que é conservadora. Mas muitos integralistas de boa vontade queriam a luta contra o capitalismo estrangeiro imperialista, queriam uma condição de vida digna para a classe operária, contanto que fosse sob a tutela de uma elite. Tirando a terceira parte, as duas primeiras eram de certo modo comuns ao pessoal de esquerda. Com isso não quero dizer que o integralismo era uma coisa boa, nem que tinha razão; quero apenas dizer que pensando nos intelectuais que optavam, havia intelectuais integralistas que faziam a opção errada por motivos certos. Nesses casos vemos que tanto na esquerda quanto na direita a opção se deu com base num interesse pelos problemas sociais no momento. Por isso Paulo Emilio Salles Gomes dizia que era preferível um rapaz ser integralista do que ser absentéista político. Nós éramos apolíticos naquela altura e Paulo Emilio dizia: “O apolítico está sempre errado. É melhor assumir uma posição de direita que não assumir posição nenhuma”. Veja como o pessoal estava impregnado naquele tempo da necessidade de opção.

P. R. – Por que a sua opção política se deu pela Esquerda Democrática, depois de 1947 denominada Partido Socialista Brasileiro, e não pelo partido comunista, que era hegemônico na época dentro da esquerda?

A.C. – Foi o seguinte. Não tenho e nunca tive temperamento político. Nem cabeça política. Não sei pensar politicamente, por isso a política foi sempre para mim uma atividade lateral que eu exerci de maneira aleatória, como militante pouco persistente. Sou um intelectual que assume posições políticas, o que é outra coisa.

Nos anos 30 sofri algumas influências. Para começar: meu pai era um liberal que se interessava pela Revolução Russa e tinha muitos livros a respeito, que recentemente foram doados em parte para a UNICAMP. Por isso, com 12 ou 13 anos eu já estava lendo livros sobre ela, uns contra, mas na maioria a favor. Além disso, convivi com dona Teresina Carini Rocchi, onde moramos a partir de 1930. Ela tinha tido muita atividade política na mocidade aqui em São Paulo e poderia ser classificada como anarco-sindicalista. Lia muito sobre política e me deu muitos desses livros, me doutrinou contra o fascismo e me comunicou uma espécie de afetividade socialista. Tive também um colega de ginásio cujo pai era anarco-socialista. Ele contribuiu para me familiarizar com as idéias de esquerda, em longas discussões nas quais eu sempre me opunha às suas posições que, no entanto, foram me atraindo cada vez mais. Depois, quando eu tinha uns 15 anos, uns amigos meus que eram de esquerda e moravam em Santos mudaram para Poços de Caldas e me fizeram ler alguns livros fundamentais, como a História do Socialismo e das Lutas Sociais, de Max Beer. Esse livro foi decisivo para mim. Também foi importante a maneira de ler os romances do Nordeste. Nós líamos os livros de Jorge Amado, José Lins do Rego, Graciliano Ramos, Raquel de Queiroz, Amando Fontes, João Cordeiro de Andrade como romances de esquerda, porque contava a vida dos pobres e as lutas sociais. Quando somos adolescentes, e, em vez de ler livros sobre condessas ou amores da alta roda, lemos livros sobre o pobre, o negro, o operário, acabamos entrando num caminho de inconformismo. Neste sentido, os romances sociais dos anos 30 funcionaram para nós como verdadeiro estímulo para o socialismo, mesmo quando não fosse esta a sua intenção.

Em Poços de Caldas havia um grupo integralista forte, e isso estimulava a opção. Eu tinha 15 ou 16 anos e optei contra. Não quer dizer que tenha começado a militar. Era apenas uma atitude, uma convicção. Quando isto acontece, toda a sua afetividade e a sua inteligência começam a se cristalizar em torno da posição pela qual optou. Eu não me dizia socialista, mas era contra a direita e ia aos poucos pensando com os rapazes de esquerda. Por exemplo: veio a guerra da Espanha e nós ficamos contra Franco. Veio a guerra da Abissínia e ficamos contra Mussolini. Surgiu a Aliança Nacional Libertadora e nós simpatizamos com ela. Mesmo antes de assumir uma linha definida teórica e praticamente, a sensibilidade vai se cristalizando em torno dela. Assim, eu tinha simpatia pelo movimento socialista e as minhas reações foram se ordenando de acordo, mas não era ainda um socialista.

Estas tendências se acentuavam pela influência de um professor francês de filosofia que tive na Faculdade a partir de 1939, Jean Maugüe, que era simpatizante comunista e aconselhava a leitura dos livros de Marx, com um espírito muito aberto. Mas o momento decisivo foi pela altura de 1942 e 1943, sobretudo pelo convívio com Paulo Emílio, que foi fundamental para mim e para os outros no sentido de caracterizar o tipo de esquerda que devíamos adotar. Se nos anos 40 eu quisesse assumir uma atitude política mais definida e não conhecesse Paulo Emílio, é possível que tivesse ficado trotskista e até stalinista, porque estas eram as duas principais opções na esquerda. Havia grandes intelectuais e escritores no Partido Comunista, como Caio Prado Junior, Graciliano Ramos, Astrogildo Pereira, Jorge Amado e a luta da União Soviética contra os nazistas a partir de 1941 despertou por ela uma grande simpatia na classe média. Por outro lado, naquele tempo eu li muito as obras de Trotski e fiquei entusiasmado, aceitando as suas críticas ao que desconsiderava com razão as degenerescência do regime soviético. Mas aí entrou a influência de Paulo Emílio, que preconizava um tipo de socialismo independente. Ele tinha participado da Aliança Nacional Libertadora em 1935, com tendência automaticamente stalinista. No fim daquele ano foi preso, mas fugiu da prisão e foi para a Europa, onde entrou em contacto com os grupos e pessoas de orientação marxista, mas não stalinistas, nem trotskistas. Em contacto com esses meios em Paris, onde morou dois anos e tanto, mudou a sua posição, e quando voltou para cá, eu o conheci; no fim de 1939, começou a nos comunicar essas coisas, a nos dar livros reveladores, como o de Alexandre Barmine, alto funcionário que fugiu para o Ocidente e revelou as iniquidades do regime stalinista. Lembro da impressão que tive vendo as atas dos Processos de Moscou. Fiquei petrificado quando li as declarações dos grandes revolucionários de 1917, como Bukarin, Zinoviev, Kamenev, Radek, Piatakov e outros “confessando” que eram todos traidores a serviço das potências capitalistas! Foi uma das farsas mais trágicas e mais ignominiosas da História.

Esses processos de Moscou tinham sido decisivos para Paulo Emílio rever a sua posição e, através dele, para alguns de nós. Outros rapazes que eu fui conhecendo naquela altura passaram por experiências paralelas, como Antonio Costa Correia, que tinha sido militante da Juventude Comunista e chegou a digerir os Processos, mas não agüentou o Pacto Germano-Russo em 1939. Quando Hitler fez acordo com Stalin ele se afastou. Arnaldo Pedroso d’Horta foi líder da Juventude Comunista para a oposição trotskista e depois saiu à busca de uma nova posição, como os outros que mencionei.

Eu amadureci politicamente ao lado de pessoas como estas, que tinham sido stalinistas e haviam adquirido horror ao stalinismo, sobretudo por causa dos Processos de Moscou, que provocaram neles uma espécie de iluminação retrospectiva: eles entenderam que estavam enganados fazia muito tempo, que Stalin era de fato um

tirano e que Trotski tinha razão ao dizer que na Rússia se instalara uma degradação da revolução proletária.

Havia um outro tipo de anti-stalinistas, como Azis Simão, por exemplo, que nunca foi ligado ao Partido Comunista, sofreu grande influência dos anarquistas, tinha temperamento liberal e militou no Partido Socialista de 1933. Com todos eles eu aprendi muito, inclusive porque era o único sem experiência política.

P.R. – E o Germinal Feijó?

A.C. – Germinal é o único sobrevivente dos que mencionei. O pai dele foi anarquista e creio que depois se tornou simpatizante comunista. Mas Germinal não era. Foi, sobretudo um grande líder estudantil na Faculdade de Direito na luta contra a ditadura do Estado Novo. Era um socialista democrático, sem grande preocupação teórica, mas muito senso político, um ativista destemido, firme nas suas convicções. Quero ainda mencionar um litógrafo austríaco que bem mais tarde fundou a POLOP e nos anos 40 fez parte do nosso grupo. Chamava-se Eric Czaskes e era um marxista ortodoxo, para quem o stalinismo era o mal, sobretudo por ser uma traição ao marxismo. Os seus mestres eram comunistas alemães dissidentes, como Brandler e Thalheimer, cujos textos nos revelou. Lembro que me deu para ler o livro terrível do general Krivitski, que foi dirigente da polícia política soviética e, que depois de refugiado no Ocidente revelou incríveis barbaridades, acabando assassinado pelos agentes de Stalin (aliás, o livro dele se chamava, na tradução pelo menos, ironicamente, Agente de Stalin).

P.R. – Como começou a sua militância?

A.C. – Começou em 1943, do seguinte modo: Paulo Emílio, interessado em lutar contra a ditadura do Estado Novo e em debater o problema do socialismo independente, adequado às condições do Brasil, reuniu um grupo de rapazes que queriam a mesma coisa. Além dele, Antonio Costa Correia, Eric Czaskes, Germinal Feijó, Paulo Zingg e eu, o único sem qualquer passado político. Nós demos meio de brincadeira a este grupo o nome pomposo de Grupo Radical de Ação Popular, GRAP, que hoje aparece até em livros de história... Quem vê pensa que era um aguerrido punhado de conspiradores e agitadores, mas, na verdade, apenas nos reuníamos aos domingos para discutir teoria política, analisar a situação, produzir documentos para nos esclarecer, além de participar de algumas ações contra o governo ditatorial. Foi importante para todos nós, e para mim foi uma escola de iniciação política. Cada um trazia a sua contribuição. Muito interessante, por exemplo, a de Paulo Zingg, que tinha sido integralista e saíra na famosa cisão liderada por Jeová Mota. Mais tarde, ele se afastou de nós e nem quis entrar para o Partido Socialista, quando a Esquerda

Democrática adotou esse nome. Tornou-se janista, participou do golpe militar de 1964, foi até secretário de educação quando Jânio foi prefeito pela segunda vez. Mas naquele tempo desenvolveu uma espécie de tenentismo de esquerda que nos ajudou a pensar o problema de um socialismo adequado ao Brasil, e não atrelado aos interesses soviéticos. Zingg era radical sob este aspecto e dizia: “Nós não temos que procurar modelos externos. Esse negócio de marxismo é coisa de fora. Temos é que estudar a tradição radical brasileira. Temos que canalizar a nossa tradição de lutas sociais radicais para definir uma esquerda democrática local”.

Mas, do ponto de vista teórico, a grande influência foi a de Paulo Emílio, mais ligada à tradição socialista internacional e, no entanto rejeitando tanto ao stalinismo quanto o trotskismo, considerados como soluções russas. No extremo estava Eric Czaskes, marxista ortodoxo e ferrenhamente internacionalista. A nossa atividade prática era mínima, mas um dia Paulo Zingg foi preso e passou 15 dias na cadeia por distribuir folhetos contra Getúlio Vargas, coisa que também estávamos fazendo.

No entanto, vimos logo que se quiséssemos passar para a ação com maior eficiência, era preciso nos juntar a algum movimento mais amplo. Aí, através de Costa Correia e Germinal, entramos em contato com os estudantes oposicionistas da Faculdade de Direito e formamos com eles a Frente de Resistência. Eram rapazes na maioria liberais, e alguns deles tiveram destino brilhante, como Roberto de Abreu Sodré, que foi governador do Estado. O que nos reunia era a luta contra a ditadura. Tivemos bastante atuação de 1943 a 1945, inclusive editando um jornalzinho clandestino chamado Resistência, no qual eu colaborei e cujo principal responsável foi Luís Arrobas Martins, que depois foi secretário da Fazenda e do Governo. Era católico de idéias avançadas, combativo e com grande capacidade de liderança.

No começo de 1945 veio o fim da censura, com o afrouxamento do Estado Novo, e as oposições fundaram a União Democrática Nacional, UND, cujo nome foi dado por Caio Prado Júnior, e deveria abranger desde comunistas até conservadores. Mas logo se deu a decantação, que repercutiu em nosso grupo. A Frente de Resistência se cindiu, indo os rapazes liberais para a UND e nós, esquerdistas, fundamos a União Democrática Socialista, a UDS, cujo principal orientador e aglutinador foi Paulo Emílio. Ficamos muito comovidos no momento da separação, porque apesar das tensões internas terem chegado a um ponto difícil de superar, tínhamos lutado e corrido riscos. Mas para nós foi também um alívio, porque agora não se tratava mais apenas de lutar contra a ditadura (o que favorece a união dos oposicionistas apesar das diferenças ideológicas), mas de lutar pelo socialismo (o que leva à decantação ideológica).

A UDS foi talvez o grupo político mais interessante de que eu participei. Era meio bagunçada, não tinha sede, mas tinha uma grande flama e as idéias fermentavam

nas reuniões, que eram na casa de Paulo Emílio, cujos pais eram muito tolerantes. O manifesto é um documento excelente e foi escrito por ele, adaptando em sentido mais socialista o que já tinha feito para a Frente de Resistência. Mas a nossa capacidade de mobilização era pequena, por isso, quando se fundou no Rio a Esquerda Democrática, em agosto de 1945, nós resolvemos aderir e logo depois nos dissolvemos. A Esquerda Democrática, E.D., era um agrupamento bem menos radical, de modo que um grupo de metalúrgicos da UDS não nos acompanhou. Eu também me desinteressei por um período, e passei a participar de um pequeno grupo de operários gráficos liderado por Eric Czaskes, à margem da E.D. Tiramos um jornalzinho mimeográfico intitulado Política Operário e estivemos juntos um bom tempo. Em 1947 a ED mudou o nome para Partido Socialista Brasileiro, e então, como disse, Paulo Zingg se afastou de nós para sempre. Paulo Emílio tinha ido para a Europa e nunca mais militou conosco. Do velho grupo de origem, o GRAP, ficamos Costa Correia, Germinal e eu.

P.R. – A Esquerda Democrática foi a “esquerda” da UDN?

A.C. – Não. Isto é um velho equívoco, que nasceu do seguinte: como ainda estávamos na fase de luta contra o Estado Novo e seus restos, como objetivo central, nos aliamos, para fins eleitorais, à UDN, que era o grande partido oposicionista, e como ela, apoiamos a candidatura de Eduardo Gomes contra a candidatura oficial do general Dutra. Em São Paulo, por exemplo, fizemos chapa comum de deputados federais, UDN-PR-ED, isto é, União Democrática Nacional, Partido Republicano e Esquerda Democrática. Nós tínhamos três candidatos nessa chapa, um dos quais era Germinal, mas nenhum foi eleito. No Rio foram eleitos três, que, ao assumirem as cadeiras no Congresso, anunciaram que se constituíam em agrupamento independente, ED. Esta é a verdade. Mas predomina a versão errada e não adiantam as nossas retificações. Não são raras essas deformações irremediáveis.

P. R. – O que lhe parecia mais negativo e mais positivo na política do PCB naqueles anos 40?

A.C. – posso falar no ângulo do meu grupo. Nós pensávamos mais ou menos o seguinte: a revolução de 1917 foi um marco fundamental. Ela abriu a possibilidade de levar o proletariado ao poder, ou a participar efetivamente do poder, assim como a Revolução Francesa tinha feito com a burguesia. Mas essa conquista histórica foi desvirtuada. A União Soviética teve que se defender dos seus adversários e isso gerou uma ditadura de defesa, que aliás não aberrava da tradição russa de tirania constante, desde as origens medievais. Essa ditadura de defesa acabou sendo uma solução mais fácil e se tornou ditadura permanente, sem a justificativa do perigo externo, depois que acabou a guerra contra os brancos e a construção industrial já

estava lançada. Formou-se uma casta burocrática da qual emergiu Stalin como chefe supremo, configurando-se uma ditadura implacável na qual se manteve muita coisa do socialismo, mas era mais uma espécie de capitalismo de estado. Nós aceitávamos muitas das críticas de Trotski sobre a degenerescência do regime, mas enquanto ele dizia que, apesar de tudo, o socialismo ainda estava intacto na Rússia, nós achávamos que já estava comprometido, por causa do capitalismo estado. E que devido a essa degenerescência do socialismo, a União Soviética tinha deixado de representar os interesses do operariado do mundo inteiro e o levava a se sacrificar em função dos interesses dela. Portanto, se os interesses da União Soviética passaram a predominar sobre os interesses do operariado do resto do mundo, não se justifica, como faziam os partidos comunistas, inclusive o brasileiro. Além disso, havia outra coisa: nós chegamos a convicção de que era um erro falar que a liberdade de opinião, o voto popular, a democracia política eram “valores burgueses, pois, na verdade eram valores universais duramente conquistados por todo o povo, não apenas os burgueses. Por isso, suprimir a liberdade para construir o socialismo era uma coisa perigosíssima. Podia-se até admitir uma fase provisória de suspensão, mas não ao longo dos anos, como na União Soviética. Visto que nós estávamos saindo de uma ditadura no Brasil, tínhamos um alto apreço pelas liberdades, chamadas burguesas pelos comunistas, e achávamos que deviam ser mantidas antes de mais nada. Por isso nos dispusemos a fazer aliança com partidos burgueses que fossem capazes de preservar as liberdades, pois isso era uma reivindicação comum. Daí o apoio à candidatura de Eduardo Gomes, junto com a UDN, em 1945. E havia mais: tínhamos chegado à conclusão que a degenerescência do comunismo comprometera alguns dos valores mais altos que a civilização ocidental tinha conseguido, como o respeito à pessoa, o sentimento real de igualdade, o fim dos privilégios econômicos e sociais, a necessidade de serem os atos do governo amplamente conhecidos e debatidos. Portanto, éramos contra o que caracterizava-se stalinismo, manifestávamos esta opinião com firmeza. Eu fui encarregado pelo Partido Socialista de expor de maneira breve e clara quais eram os motivos pelos quais discordávamos do stalinismo, e o fiz em doze tópicos, publicados na Folha Socialista em 1947, desencadeando uma pancadaria grossa contra mim na imprensa stalinista. A propósito, é preciso lembrar o seguinte: a nossa atividade naqueles anos enfrentava um partido Comunista numeroso, aguerrido e violento, que não apenas procurava nos desmoralizar no plano do discurso falado e escrito, mas podia chegar à agressão material, como no caso de umas barracas eleitorais nossas que foram destruídas. Os jornais e revistas do PCB usavam uma linguagem por vezes brutal contra nós, e nas conversas os comunistas chegavam a nos ameaçar com o ajuste de contas quando chegassem ao poder, o que lhes parecia iminente, mesmo depois da cassação em 1947. É preciso não esquecer que, nas eleições de 1945 o seu candidato, Iedo Fiúza, teve uma porcentagem significativa de votos. De

modo que não era fácil a nossa tarefa. O PCB daquele tempo não era um partido pequeno e pouco expressivo, como hoje. Era poderoso, tinha chefes capazes e boa parte dos intelectuais o apoiava como simpatizante, além de muita simpatia por parte da classe média.

Falei das nossas divergências, que aliás não impediram uma outra aliança eleitoral no nível municipal: mas é preciso dizer que o PCB era o grande partido de esquerda naquela altura, enquanto nós nunca passamos de um punhado de socialistas democráticos cuja função histórica foi definir e manter uma posição que o futuro provou ser justa, pois acabou sendo assumida pelo PT nos nossos dias. O PCB enquanto esteve na ilegalidade contou com deputados federais e estaduais que se destacaram pela honestidade, a combatividade, a eficiência e a dignidade parlamentar. Depois que foram cassados, o nível nos legislativos caiu muito, porque eles eram uma espécie de ponto de referência positivo.

P.R. – Como avalia, nesse contexto, o Testamento de Uma Geração e a Plataforma da Nova Geração, organizados respectivamente por Edgard Cavalheiro e Mário Neme?

A.C. – Creio que em 1942 Edgard Cavalheiro teve a idéia de entrevistar intelectuais que tinham vindo da década de 1920. Daí resultou o livro Testamento de Uma Geração, publicado em 1944 pela editora Globo. Inspirado nisso, Mário Neme fez o mesmo em relação aos jovens que estavam começando. Elaborou um questionário, ao qual nós respondíamos. As respostas iam sendo publicadas semanalmente no jornal O Estado de S. Paulo, em 1943, sob o título geral de Plataforma da Nova Geração, que conversou no livro em que as reuniu no ano de 1945, e que foi publicado pela mesma editora. As questões políticas tiveram de ser publicada pela mesma editora. As questões políticas tiveram de ser abordadas com jeito, porque a censura era feroz. A resposta mais política foi a de Paulo Emílio, que por isso não pôde ser publicado no jornal e só apareceu mais tarde no livro, porque a censura já havia afrouxado. Um comunista como Mário Schemberg teve que disfarçar bastante para poder passar. Na minha resposta fiz o mesmo, dissolvendo o que havia de político num contexto literário. Se lembro bem, a Plataforma não teve muita repercussão, e aliás, nem foi a leitura de resposta de Paulo Emílio, sem dúvida a melhor e mais rica pela originalidade da análise e dos pontos de vista.

Mas importante mesmo, naquele tempo foi o 1º Congresso Brasileiro de Escritores, em janeiro de 1945, do qual participamos três do nosso grupo: Paulo Emílio, Paulo Zingg e eu. Foi realmente o momento da tomada de posição contra o Estado Novo por parte dos intelectuais de oposição, desde os liberais até os trotskistas.

P.R. – O senhor foi vice-presidente da Associação Brasileira de Escritores, ABDE?

A.C. – A ABDE foi fundada em 1942 no Rio sobretudo para combater o Estado Novo. Na primeira diretoria da secção de São Paulo eu fui 2º secretário. O presidente era Sérgio Milliet. Mais adiante, em 1949, fui presidente da secção paulista, não vice-presidente. Na minha sucessão houve uma disputa eleitoral renhida com os comunistas. Já tinha acabado a ditadura e nós entendíamos que a ABDE devia agora se voltar mais para os interesses específicos da literatura e da cultura, além dos profissionais, mas eles queriam transformá-la numa espécie de veículo das palavras de ordem do partido. Por causa disso houve uma racha tempos depois e a associação se dividiu em duas. Só bem mais tarde voltou a haver uma só, a atual UBE, União Brasileira de Escritores.

P.R. – Quanto às influências do marxismo, quais foram os principais autores que vocês liam?

A.C. – No nosso grupo ninguém era realmente versado em marxismo, comparando com as gerações que vieram depois e eram mais informadas. Eu sofri muita influência do marxismo, mas nunca fui um marxista propriamente dito. O marxismo me interessou, sobretudo a filosofia política, não como filosofia geral, nem como estética, embora ele possa dar contribuições importantes para qualquer setor. No meu tempo, o marxismo parecia frequentemente, além disso, uma coisa meio religiosa, abrangente demais. Numa conversa durante o 1º Congresso de Escritores, o jornalista comunista Pedro Mota de Lima me disse: “É uma pena aplicar a designação de totalitário aos fascistas. Nós comunistas é que somos totalitários, porque temos uma concepção coerente e total do universo”. Ele tinha razão. O marxismo é uma concepção total, que vai da filosofia da natureza, de Engels, até o realismo socialista em arte. Essa concepção total é poderosa e eficiente, mas restringe a liberdade de pensar e a abertura para a variedade do real. Portanto, repito: sofri a influência do marxismo e basta ler o que escrevo para ver isso; mas nunca fui marxista propriamente dito e nunca quis me dizer marxista, para guardar essa liberdade, sobretudo no campo da arte.

Quanto aos autores que líamos, para falar a verdade a nossa formação era, no começo, muito superficial. Raros liam direito O Capital. Eu, por exemplo, só li a primeira parte, com sacrifício e entendendo pouco. Isto foi quando era aluno de 1º ano da faculdade de filosofia, no curso de Economia Política. Não tenho capacidade para Economia, e quem não tem não consegue ler direito O Capital. Em compensação, li as obras políticas e as obras filosóficas de Marx. A que me influenciou mais foi a

Ideologia Alemã, que li primeiro numa tradução inglesa incompleta, ali por 1941. Li também muitos comentadores, alguns dos quais me marcaram, como Henri Lefebvre no livro Materialismo Dialético, em 1940.

P.R. – E Thalhém e Brandler?

A.C. – Desses soube mais tarde, pelo Eric, mas só li uns poucos artigos do primeiro. Para voltar à sua pergunta sobre as nossas leituras básicas: líamos o resumo do Capital por Gabriel Deville, que dizem ser ruim, e também o de Julian Borchardt, parece que bem melhor. Líamos o livro de Marx Beer que já referi, o Anti-Düring, de Engels, o Tratado de Materialismo Histórico, e no ABC do Comunismo, ambos de Bukarin, as Questões Fundamentais do Marxismo, de Plekanov e livros sobre a União Soviética. Creio que isso foi a nossa base nos anos 30. Daí partimos para outras leituras ao longo dos anos. No fundo, nós tínhamos muitas certezas e pouca informação. Por isso mesmo, talvez fôssemos arrogantes e quem não quer salvar o mundo não merece o nome de moço...

Quero dizer também que nós líamos muitos livros que não eram marxistas mas levaram à uma posição de esquerda, inclusive os que falavam da Revolução Mexicana, que teve, no nosso tempo, um momento de novo vigor com o governo de presidente Lázaro Cárdenas, de 1934 a 1938. Paulo Emílio se interessou muito pelas idéias de Victor Raul Haya de la Torre, o fundador do AORA. Líamos até um esquecido socialista argentino, José Ingenieros, sem falar de revistas francesas, como Europe. E é claro que líamos os livros de Lênin e os de Trotski. Eu diria até que acabamos sofrendo mais a influência deles do que de Marx e Engels, o que não foi bom. Deles e de outros autores soviéticos, como Alendra Klontai, Lunatcharski, etc.

Eu pessoalmente, no começo dos anos 40, tive muito entusiasmo pelos livros de Trotski, que é, de fato um grande escritor, um escritor inspirado. Eu era crítico literário e escrevi um rodapé em 1943 ou 44 sobre a tradução da autobiografia dele, sem saber se a censura do Estado Novo deixaria sair. Mas deixou, o artigo saiu e alguns amigos meus que eram stalinistas ficaram danados, porque naquele tempo, para os comunistas, Trotski era sinônimo de Demônio.

P.R. – A Folha Socialista e a revista Clima tinham a mesma inspiração intelectual?

A.C. – Não. Clima foi fundada em maio de 1941, mas só começou a assumir posições políticas em agosto de 1942, no número 11, quando o Brasil entrou na guerra. A politização propriamente dita só aparece no número 12, de abril de 1943, com um comentário da redação que, na verdade, foi escrito por Paulo Emílio.

Clima acabou no fim de 1944. A Folha Socialista era órgão do Partido Socialista Brasileiro, e do grupo de Clima só colaboraram nela Lourival Gomes Machado e eu. Não houve nenhuma ligação casual entre Clima e a Folha Socialista, embora alguns do grupo da revista se tornassem membros do Partido Socialista, como Lourival, Décio de Almeida Prado e eu; ou simpatizantes, como Rui Coelho.

P.R. –Além de marcar posições políticas definidas, nos campo democráticos socialista, qual foi, na sua opinião, a principal atuação de seu grupo na vida cultural e na Universidade?

A.C. – Só indiretamente levamos para o campo da cultura a nossa atuação de socialistas democráticos, mas trabalhamos pela concepção do intelectual e do escritor como militante cultural, sobretudo por meio da ABDE, que controlamos na sua fase áurea, A nossa força era consequência da nossa posição, que tínhamos também na universidade, isto é, respeito à autonomia da arte e da literatura, respeito à pluralidade de opinião, concebendo o marxismo como método aberto e não dogma. Assim pudemos levar para os diferentes setores em que trabalhamos uma concepção aberta, sem forçar a explicação por meio dos fatores de infra-estrutura, embora muito interessados nas implicações sociais da arte e da literatura. Do ponto de vista estritamente político, nossa preocupação central foi preservar a visão dos ideais revolucionários dentro de uma prática democrática, o que levava muita gente a caçar de nós e falar em “quadratura do círculo”. Mas, nesse tópico as opiniões divergiam dentro do meu grupo. Eu, como disse numa entrevista a Teoria e Debate, sempre estive disposto a aceitar períodos de transição, durante os quais um governo socialista ou de tendência socialista devesse tomar medidas excepcionais. Matar, não, é claro, mas fazer o necessário para não deixar os reacionários tomarem o poder, provocando um retrocesso. Porque, ou você faz a revolução, ou não faz. Se faz, é porque está convencido de que as suas idéias são justas, e portanto, não pode deixar que os reacionários dominem, embora devam ter liberdade de se manifestar. Depois de consolidado o poder, aí sim, jogo democrático deve ser pleno, aconteça o que acontecer. E em qualquer fase deve haver atuação livre dos grupos democráticos que pensam diferente, devido ao direito de discordar, que é sagrado. No entanto, a maioria dos meus amigos não pensava assim e não admitia qualquer suspensão das normas democráticas plenas. Arnaldo Pedroso d’Horta costumava dizer que tinha esta posição porque nunca tinha sido membro do Partido Comunista e portanto, nunca tinha visto de perto como eram as coisas; segundo ele, se eu tivesse sentido o peso da ortodoxia e da intolerância partidária, não pensaria assim porque só tinha participado de grupos abertos e tolerantes. Podia me dar esse luxo... Mas sempre achei, e acho que, pensando numa situação revolucionária hipotética, é admissível, não qualquer violência física, mas a suspensão transitória da rotina democrática, a

fim de assegurar a construção da sociedade visada. Em teoria admito, nesse caso, a censura à imprensa, a proibição de partidos de tipo fascista e um governo autoritário. Mas tenho consciência dos riscos. De fato, quando há censura à imprensa, não se sabe aonde ela vai parar; se o regime proíbe os partidos de extrema direita, pode acabar proibindo todos os que discordam; se admitirmos provisoriamente um governo forte, podemos abrir caminho para a ditadura. Sempre reconheci esses perigos e não sei como agiria numa situação concreta. Estou falando num plano teórico, e devo confessar que esse meu velho ponto de vista foi reforçado pelo contato em Cuba, da qual sou grande admirador e onde já estive três vezes. Continuo a lhe dar o meu apoio e ainda no mês passado participei de uma atividade importante dedicado a ela. (Seminário sobre Cuba, realizado em janeiro de 1992, em Niterói estado do Rio de Janeiro). Cuba tem muitos aspectos negativos que, a meu ver, são desnecessários, e só se explicam pelo estado de cerco em que vive. Mas lá nunca houve a suspensão sistemática dos direitos humanos, como na União Soviética, e sempre houve uma espécie de democracia plebiscitária que é apreciável. Para mim, ela foi a lição que é possível realizar o socialismo em condições adversas no Terceiro Mundo.

No momento, a moda é ser contra Cuba e todos dizem que a revolução vai desmoronar. Pode ser. O que não acaba desmoronando? O essencial é operar a transformação e deixar sementes do irreversível. A Revolução Francesa durou no máximo dez anos, se tanto, mas o que trouxe ficou. Cuba socialista pode acabar daqui a seis meses, todo o pessoal de Miami pode voltar e tomar o poder, os Estados Unidos podem saciar a sua sede de vingança e transformá-la de novo numa sua semi-colônia, como antes. Mas eu penso que muita coisa vai ficar, o exemplo está dado e será impossível restabelecer integralmente a situação anterior, mesmo com o terror branco, que na América Latina faz o vermelho empalidecer. Neste caso extremo, que espero não aconteça, ficará uma certeza, baseada na experiência: os cubanos fizeram funcionar nesta parte do mundo um regime socialista que elevou ao máximo possível o padrão de humanidade de seu povo. Com o auxílio da União soviética, é claro, mas podiam ter pegado nele e feito o que fazemos com os empréstimos e auxílios externos, isto é, mantido a iniquidade social. Cuba usou o auxílio para instaurar o socialismo. Por isso é o maior exemplo para o Terceiro Mundo, e isso me leva a ser tolerante com seus aspectos negativos. Lá a imprensa é apenas cerceada, mas inexpressiva; os opositoristas precisam ficar quietos; não há pluralidade de partidos. Mas em compensação, foram estabelecidas as bases para a igualdade, a miséria acabou e, caso único na América, acabou a marginalização do negro, isto é, foi resolvido um dos nossos problemas mais graves e dolorosos, apesar dos pesares, Cuba confirma a idéia que para instaurar o socialismo podem ser necessárias medidas de exceção; mas, no seu caso, já era tempo de superar esta fase. Isto não acontece

porque o cerco americano impõe uma mentalidade de espera permanente, como é para os fascistas e como acabou sendo o stalinismo.

P.R. – O senhor vê alguma saída para o regime cubano?

A.C. – Se o bloqueio americano parasse, seria possível prever uma abertura que fecundasse as conquistas revolucionárias e acabasse com as práticas de exceção. Mas é difícil prever. Uma coisa me parece certa; só por meio de uma reação atroz seria possível anular as conquistas feitas. Como acontece quase sempre, muitas delas ficarão de qualquer modo. Mas tenho dificuldade em analisar o futuro possível. No dia em que vi o Exército de Salvação distribuindo sopa para o povo em Moscou, deixei de especular. O mundo que eu conhecia está acabando, por isso prefiro falar do passado. Mas continuo acreditando na vitória de uma forma de socialismo adequada ao tempo

P.R. – Por que o senhor fala que tem um traço liberal? Seria devido ao seu trabalho com a literatura?

A.C. – De fato, o contacto permanente com a arte e, em princípio, elas promovem o incremento da nossa humanização. Mas há um traço liberal que vem do meu temperamento, da tolerância que tenho espontaneamente em relação ao ponto de vista dos outros. Aliás, costumo dizer até mais do que isso: que tenho espontaneamente em relação o ponto de vista dos outros. Aliás, costumo dizer até mais do que isso: que tenho temperamento conservador, atitudes liberais e idéias socialistas, de modo que preciso conviver com as três tendências... Mas ninguém é simples, e a este respeito gostei de ler, há muito tempo, uma frase de Antero de Quental, que foi militante socialista, fundador da Internacional em Portugal e chegou a trabalhar como operário durante certo tempo por ânsia de coerência: “Em mim, só as idéias são revolucionárias. O temperamento é conservador”. Um traço de meu liberalismo é a minha concepção de atitude do professor, que, a meu ver, deve ser do tipo liberal. Há professores segundo os quais devemos aproveitar a cátedra para pregar as nossas ideologias. Eu penso que não, como pensava também o grande socialista italiano Antonio Labriola. Acho que a universidade, sobretudo pública, deve apresentar um leque de idéias para o estudante optar com a liberdade. Mas é claro que vendo a maneira com que o professor apresenta os problemas e as noções ele percebe a sua posição. E isto é normal.

P.R. – Gostaria de dizer mais alguma coisa para terminar?

A.C. – Quero dizer o seguinte: como você está interessado em estudar o socialismo no Brasil, fez comigo uma entrevista política, tendo em vista a minha atuação no passado. Está certo e, como viu, tenho alguma coisa a dizer. Mas é bom

repetir o que disse no começo: não sou e nunca fui político e a política foi uma atividade marginal na minha vida de professor e intelectual. Nós falamos justamente sobre o período que militei de maneira seguida e intensa, entre 1943 e 1954, quando cheguei a ser um dos dirigentes da seção de São Paulo do Partido Socialista, e até candidato a deputado estadual. Mas entre 1954 a mais ou menos 1976 não tive militância, embora tenha tido atividades constantes de oposição ao regime militar a partir de 1968. Só voltei às atividades mais regulares no fim da ditadura, sobretudo, a partir de 1980, no PT. Mesmo nesse, tenho trabalhado pouco nos últimos anos, embora continue socialista convicto, e mesmo fiel no meu partido. Mas, com 75 anos, acho que já vou parando.

Socialists, communists and post war democracy (**an interview with Jose Pedro Renzi**).

Abstract: Antonio Candido talks about the Brazilian democratization process in the post war period. He gives his own opinion about the period, analyzing and explaining the leftists (socialists or communists) conceptions and acts, that is, their role in the political life of the country.

Keywords: Politics. Democracy. Socialism. Intellectuals. Marxism.